

Edital nº 1184687
Documento: 112766998
Publicação: 07/11/2024



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua

Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000

Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/PPSR/COMITEPOPRUA Nº 112766998

São Paulo, 21 de outubro de 2024.

ATA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POP RUA, REALIZADA NO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2024 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H30.

Formato: Híbrido <https://meet.google.com/orp-zjet-brv> - e simultaneamente no AUDITÓRIO DA SMDHC- RUA: LÍBERO BADARÓ Nº119-Sé

Pauta: Mesa Coordenadora; quais secretarias que vão compor os subcomitês de saúde, habitação, denúncias e o manual de boas práticas

Informes: Ofício do Ministério Públicos pedindo informações sobre as denúncias de autonomia em Foco

Participantes do governo: Alcyr Barbin Neto (SMDHC), Silvana Ferreira Gomes (SMS), Cristiane Pinheiro (SMDET), Karen Fernanda (SMDHC)

Participantes da sociedade civil: Hari Kaemer, André Aio, Gisele Abreu, William Silva, Eduardo Pereira, Andrés, Paulo Beagá, Sandra, Castor Guerra, Claudio Santos, Sandra Maria Santos, Paulo Sergio Ferreira, Everton, Débora, Joane, Darcy, Karina, Manoel, Raul Rezende, Pedro, Aparecido, Alexandre Alves, Theodoro, Nathalia. Luan, João Campos, Eduardo Nascimento, Eduardo Henrique, Doris.

Participantes organização social: Gaspar Garcia (Sheila Marcolino); Fórum da Cidade (Bia Clemente); É de Lei (Dentinho); Cisarte (Darcy)

Inicia-se a reunião às 15h30 do dia 02 de outubro de 2024, de forma híbrida via plataforma google meet pelo link <https://meet.google.com/orp-zjet-brv> e presencialmente no auditório da SMDHC- Rua: Líbero Badaró nº 119.

A coordenação realiza apresentações iniciais, apresenta a dinâmica de reunião e propõem a leitura do manual de boas práticas e abre para as falas abertas.

Castor destaca que na Praça da República não há escolas nem projetos acessíveis para a população em situação de rua. Ele denuncia a ausência de banheiros públicos e de água potável, condições essenciais que não são oferecidas a essa população. Castor também expressa o desejo de, um dia, ver o Presidente da República, o Prefeito e o Governador de São Paulo participando das reuniões do Comitê.

Flávio expressa seu cansaço diante da miséria enfrentada pela população em situação de rua. Ele critica o Presidente e o Prefeito, afirmando que ambos prejudicam a população, e ressalta que muitas pessoas demonstram desprezo pelos mais pobres.

Arnor cumprimenta todos os presentes e afirma que a pobreza no Brasil é inaceitável, destacando o aumento do número de pessoas passando fome, vivendo nas ruas e em condições de extrema vulnerabilidade. Ele chama a atenção para a importância do consumo consciente de água e cobra a presença de representantes da saúde, vigilância sanitária e zeladoria urbana nas reuniões do Comitê PopRua. Além disso, Arnor ressalta a ausência frequente das secretarias nas reuniões, o que compromete o avanço das discussões.

Dona Maria faz um apelo para ser reintegrada ao programa Autonomia em Foco, do qual foi desligada. Ela relata que, com mais de 60 anos, sente-se silenciada e expressa o desejo de poder caminhar livremente por onde quiser. Dona Maria também compartilha sua angústia ao afirmar que foi separada de seu companheiro, o que a deixa profundamente revoltada.

Maria expressa sua frustração com a falta de respostas efetivas às denúncias feitas pela população em situação de rua. Ela denuncia que a zeladoria urbana tem retirado os animais de estimação da pop.rua, sem informar seu destino, e ressalta a demora da Defensoria Pública em responder às queixas. Maria relata que, recentemente, chamaram a GCM para ela e seu companheiro, e critica a falta de direitos garantidos para crianças, mulheres e idosos. Além disso, ela destaca que a saúde é negligente com a população em situação de rua.

Maria também menciona que, onde está localizada na Avenida Paulista, a GCM e a zeladoria urbana removeram os cachorros da pop.rua em situação de calçada sem informar para onde foram levados. Ela aponta ainda que as redes de apoio tendem a se concentrar nas questões da população em situação de rua no centro, enquanto a situação na Paulista e em outras regiões é muitas vezes ignorada.

Sandra relata que, ao caminhar pelo centro de São Paulo, especialmente no Largo do Paissandu, observa a construção de inúmeros prédios, enquanto a população em situação de rua permanece sem acesso a moradia digna. Ela ressalta a necessidade urgente de programas habitacionais que ofereçam condições acessíveis, uma vez que o espaço urbano não é o problema, pois muitos empreendimentos estão sendo erguidos na região. Para Sandra, a moradia definitiva seria uma solução importante para melhorar a vida dessa população, e os programas deveriam priorizar prestações com valores baixos e acessíveis.

Ela também aponta que, em São Paulo, o programa "Minha Casa, Minha Vida" tem sido implementado em parceria com construtoras, mas para integrar o programa, exige-se uma renda mínima de R\$ 1.400,00, o que acaba excluindo quem mais precisa. Para Sandra, o "Minha Casa, Minha Vida" deveria ser um programa vinculado diretamente ao Estado, garantindo moradia para aqueles que estão em maior vulnerabilidade.

Alex relata que está vindo da Avenida Paulista e, desde 2023, observa que o Comitê de Políticas para a População em Situação de Rua tem focado suas ações apenas na região da Sé, o que ele considera uma omissão. Ele destaca que, na Avenida Paulista, há uma senhora de mais de 60 anos vivendo na calçada há muito tempo, sem qualquer suporte. Para Alex, tanto a Defensoria Pública quanto a Prefeitura parecem estar colaborando para a destruição da população em situação de rua, ao invés de oferecer soluções. Apesar disso, ele segue lutando e agora busca contato com o Ministério Público para tentar reverter essa situação.

Alex também relata que as autoridades têm o hábito de colocar uma pessoa em situação de rua contra a outra, o que ele considera uma prática injusta. Ele compartilha que seu filho nasceu nas ruas e, graças a Deus, hoje está sob os cuidados da SMADS, embora em condições precárias, vivendo em um cômodo sujo, com infestação de ratos e infiltrações. Ele afirma que a SMADS está oferecendo algum suporte à sua família, mas considera isso insuficiente.

Alex critica fortemente o Comitê de Políticas para a População em Situação de Rua e o serviço 156, chamando-os de farsas, assim como os direitos humanos, que, segundo ele, falham em proteger verdadeiramente essa população. Ele confirma que as denúncias sobre as ações de zeladoria urbana são verdadeiras e afirma possuir vídeos que comprovam funcionários da zeladoria retirando seus pertences, incluindo alimentos, roupas e documentos. Além disso, ele expressa frustração com a Defensoria Pública, que, segundo ele, atrasa os processos e não age com a devida rapidez para resolver essas questões.

A coordenação encerra as falas abertas e pergunta se alguém que está online deseja falar ou compartilhar alguma informação.

Alex fala que o Edvaldo é um mentiroso.

A coordenação questiona se os participantes online estão conseguindo ouvir adequadamente e informa que o número de falas abertas será limitado a 10 pessoas. Em seguida, inicia a contagem

do quórum, confirmando que o número necessário foi atingido para a continuidade da reunião. A coordenação também registra a presença online dos representantes dos conselhos de Saúde, Trabalho, SMADS e Direitos Humanos.

Uma proposta de pauta sobre o auxílio-aluguel é apresentada, e a coordenação solicita que os conselheiros votem para decidir se a pauta será mantida na reunião atual ou se será adiada para a próxima reunião.

Os conselheiros solicitam que o tema do auxílio-aluguel seja tratado na próxima reunião do Comitê PopRua, com a pauta sendo direcionada para o Subcomitê de Moradia.

Alderon sugere que a pauta do auxílio-aluguel seja discutida em uma próxima reunião, com a presença de representantes da SMADS, que deverão trazer informações detalhadas sobre o benefício. Isso permitiria que o comitê tenha subsídios suficientes para uma discussão mais aprofundada.

A coordenação informa que foi realizada uma eleição para escolher os conselheiros da PopRua, e ressalta que, de acordo com o regimento interno, a mesa coordenadora deve ser votada pelos conselheiros até a terceira reunião do mandato, que corresponde à reunião de hoje. A coordenação destaca que a eleição dos conselheiros foi uma escolha legítima da população em situação de rua.

A coordenação também afirma que discordar das decisões ou do funcionamento do comitê faz parte do processo democrático, mas lembra que existem canais específicos para encaminhar denúncias, como a Ouvidoria, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Reforça que o comitê não é um espaço para brigas, gritos ou desentendimentos, e que, quando a reunião é interrompida, a sociedade civil é a maior prejudicada. Por fim, enfatiza a importância de seguir a pauta estabelecida para garantir o bom andamento dos trabalhos.

Dentinho expressa que prefere manter a tranquilidade e confiar nas pessoas que irão compor o comitê, optando por não assumir essa responsabilidade no momento. Ele afirma que irá aguardar as candidaturas e estará disponível para apoiar os novos integrantes, destacando a importância de manter a perspectiva do É de Lei, que trabalha com a redução de danos.

A coordenação solicita silêncio e a mesa adverte Francis, Alex e Flávio, pedindo que colaborem para o bom andamento da reunião.

Dentinho questiona como será a composição da mesa e solicita que a coordenação faça uma explicação a respeito.

Flávio questiona por que apenas os conselheiros têm o direito de se candidatar.

A coordenação esclarece que essa determinação está prevista no regimento interno do Comitê..

Bia apresenta o interesse em se candidatar a suplência.

A coordenação explica que os membros da sociedade civil não têm direito a voto e enfatiza essa informação para esclarecer a situação.

Alex expressa que considera um absurdo que as pessoas sejam escolhidas sem que ele tenha conhecimento sobre quem elas são.

A coordenação esclarece que a votação do Comitê é semelhante à votação dos vereadores. Ela solicita novamente silêncio para dar continuidade à votação e poder ouvir os votos.

Darcy solicita questão de ordem e relata que Alex está impedindo os demais de se manifestar. Ele declara que seu voto é para Cisarte e Gisele, afirmando que a eleição já ocorreu e que a população em situação de rua elegeu os conselheiros do Comitê. Darcy ressalta que, neste momento, o que está sendo discutido cabe aos conselheiros eleitos e sugere que a coordenação analise o formato do Comitê PopRua.

A mesa coordenadora pede respeito à pauta e solicita uma pausa de 10 minutos para o lanche e para reorganizar a reunião. Além disso, reafirma a importância de respeitar os votos durante o processo.

Bia expressa que está deixando de atender à população em situação de rua para participar da reunião do comitê, ressaltando a importância desse compromisso. Ela destaca que a sociedade civil não tem demonstrado respeito pelas pautas e reuniões do comitê.

Alderon verbaliza que o formato online não é bom.

Bia afirma que Alex, Flávio e Gisele estão impedindo a fluidez da reunião, o que representa um problema, pois as pautas não estão sendo devidamente debatidas.

Adriana ressalta que o Manual de Boas Práticas será fundamental para aqueles que não têm formação adequada, pois, sem ele, será difícil conduzir as reuniões, especialmente considerando que frequentemente ocorrem brigas que interrompem a pauta.

Alderon concorda com Adriana

Dentinho destaca que essa situação é problemática, pois tudo o que vem sendo articulado no comitê está se perdendo em meio a conflitos pessoais. Ele enfatiza que o trabalho do Comitê deve ir além das questões individuais.

Bia enfatiza que essas atitudes são agressivas e antidemocráticas, afirmando que essas pessoas não deveriam estar presentes na reunião.

Adriana observa que, se a situação persistir, os conselheiros permanecerão por quatro anos sem conseguir produzir resultados significativos.

Bia sugere que sejam implementadas medidas de urgência, como a criação do Manual de Boas Práticas e a revisão do regimento interno.

DPS destaca que o regimento interno menciona a importância do Manual de Boas Práticas, ressaltando a necessidade de sua aprovação.

Inicia-se a votação

Hari: três votos
André Aio: dois votos
Gisele: dois votos
Cisarte: dois votos.
Fórum: quatro votos.
Adriana: dois votos.

Sendo eleitos para compor a mesa coordenadora: Hari Kraemer e Fórum da Cidade.

A mesa coordenadora inicia a leitura do Manual de Boas Práticas e acolhe sugestões de alterações ao documento.

Em seguida, a mesa coordenadora solicita o encerramento da reunião e propõe que o Manual de Boas Práticas seja aprovado em uma reunião extraordinária, pois não está sendo possível dar encaminhamento às pautas nas reuniões regulares.

Inicia-se uma discussão entre a conselheira Gisele e Paulo.

Paulo afirma que, enquanto os conselheiros continuarem trazendo pessoas que geram conflitos nas reuniões, o comitê não conseguirá avançar.

A mesa coordenadora solicita à conselheira Gisele que mantenha a calma e permita a continuidade da reunião.

A reunião do comitê é encerrada às 18h00 do dia 2 de outubro de 2024. Uma reunião extraordinária fechada fica agendada para o dia 9 de outubro de 2024, às 14h30, com o objetivo de votar o Manual de Boas Práticas, conforme solicitada pelos conselheiros da sociedade civil presentes.



Alcyr Barbin Neto
Coordenador(a) I

Em 31/10/2024, às 17:52.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **112766998** e o código CRC **C421B757**.
